

COPAM VAI DISCUTIR LICENCIAMENTO PARA MEGAEMPREENDIMENTO NA SERRA DA MOEDA NESTA TERÇA

COPAM VAI DISCUTIR LICENCIAMENTO PARA
MEGAEMPREENDIMENTO NA SERRA DA MOEDA NESTA
TERÇA



Empreendimento na Serra da Moeda poderá reunir 150 mil habitantes nos próximos 60 anos(foto: Gladyston Rodrigues/EH/D.A.Press)

Reunião acontece nesta terça-feira na Rodoviária de Belo Horizonte. Em agosto, durante outra reunião, houve pedido de vistas de representantes da ONG Ponto Terra e da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG)

Fonte: João Henrique do Vale

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) vai se reunir novamente nesta terça-feira para decidir os rumos da construção do megaempreendimento Centralidade Sul (CSul) Lagoa dos Ingleses, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Está sendo avaliada a concessão ou não da licença ambiental para o início das obras. Em agosto, durante outra reunião, houve pedido de vistas de representantes da ONG Ponto Terra e da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG). A votação vai acontecer no Mezanino da Rodoviária de Belo Horizonte.

O projeto urbanístico tem previsão para se desenvolver ao longo dos próximos 60 anos, podendo chegar a reunir 150 mil habitantes. Pelo projeto, uma área de 2.015,30 hectares, praticamente do mesmo tamanho do Parque Estadual do Sumidouro, em Lagoa Santa, também na Região Metropolitana, receberá o megaempreendimento de desenvolvimento urbano, que contempla o planejamento integrado de uma centralidade metropolitana – conforme definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), desenvolvido pelo governo de Minas. Lá, serão abrigados terrenos de usos mistos, multifamiliar, unifamiliar, empresarial, tecnológico, comercial, de serviços e logística.

A construção é questionada por moradores e ambientalistas. A ONG Abraça a Serra da Moeda alega que, com a construção do empreendimento, demandará mais de 2.300.000m³ de água por mês – o que pode colocar em risco o abastecimento da Grande BH.

Em 28 de agosto, durante uma reunião para tratar da concessão ou não da licença, foi feito o pedido de vistas do processo. Um dos que pediu a avaliação foi o advogado Gustavo Tostes, que representa a ONG Ponto Terra. No entendimento dele, ainda não havia comprovação da disponibilidade hídrica para o empreendimento como o todo.

"O pedido de vista da nossa parte visa esclarecer diversos pontos no parecer e do processo de licenciamento como o todo. Um dos pontos é a questão da disponibilidade hídrica. Entendemos que deve ser total, para todo empreendimento, e prévia à concessão da licença prévia que é para atestar a viabilidade ambiental e hídrica. No processo aqui não consta a disponibilidade hídrica de forma ampla para todo empreendimento, tem comprovado para uma parte. Desta maneira, entendo que a Superintendência de Projetos Prioritários deveria esclarecer os motivos que entende factível a concessão da licença, pois são favoráveis a concessão da licença, sem que esteja comprovado de forma objetiva e incontestes nestes autos, que há disponibilidade hídrica para 100% do empreendimento que se pretende licenciar", disse, na época.

O presidente da CSul Desenvolvimento Urbano S.A, Maury Fonseca Bastos, informou, no dia da votação que foi adiada, que estudos já garantiram água para o empreendimento. "Tem água até 150 mil moradores, o que está sendo desenvolvido são etapas seguintes de estudo, ou seja, hoje a licença prévia te permite evoluir nos estudos. Ela determina que o projeto é viável e durante as fases de licença de implantação você vai resolver como vão ser os quarteirões, os bairros, e ai sim, e durante vai fazendo os estudos de acompanhamento da água. Hoje tivemos revisão (de água disponível) para 75 mil pessoas, chegando a 150 mil com os estudos complementares", explicou.

Justiça

A reunião do Copam acontece depois de uma decisão judicial. Em 26 de junho, a Desembargadora Alice Birchal, da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G), expediu decisão proibindo que a votação sobre o licenciamento do CSul entrasse na pauta da reunião do Copam. Ou seja, o empreendimento não poderia ser licenciado enquanto seus responsáveis não apresentassem estudos que comprovem a disponibilidade hídrica para compor o complexo. Mas no dia 20 do mesmo mês a desembargadora voltou atrás e permitiu a retomada da votação para o licenciamento ambiental.